



EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO E A PRODUÇÃO DE ALIMENTOS NA AMÉRICA LATINA : A contribuição governamental a centralização do capital e a exclusão social .

***Benjamin Alvino de Mesquita¹
Solange Maria Gayoso da Costa²
Gerson Luís Mendes Teixeira³***

Resumo

Desde os tempos coloniais as *plantations* efetivados em grandes propriedades e voltada ao mercado externo exerceram um papel importante na economia dos países latinos americanos tanto no plano econômico quanto no político, na atualidade não é diferente. Durante todo esse período elas foram as principais atividades econômicas e as responsáveis maiores pela geração de renda , emprego e captação de divisas essenciais as importações do período. No século xx e na atualidade a soja, o eucalipto e as frutas se juntam aos produtos tradicionais deste fluxo de comercio como o café, açúcar, trigo e a pecuária no formato de grandes conglomerados, dominados por oligopólios nacionais e internacionais que controlam a produção, a comercialização e a industrialização destas matérias-primas em escala global.São eles os responsáveis pelo crescimento significativo da produção e exportação que se constatou nas ultimas décadas e dependendo do pais respondem por uma parcela importante das exportações gerais e do emprego e consequentemente pela entrada de dólares no país,as estimativas estão entre 25% a 35% de acordo com o período analisado No Brasil o avanço do agronegócio sobre novas áreas do Centro-Oeste, Amazônia e Nordeste, se de um lado põe o país como um grande produtor e exportador de commodities ,com safras crescentes de grãos e aumento da produtividade ,portador de uma suposta competitividade internacional conforme o discurso da elite beneficiaria deste processo Outros segmentos não articulados ao agronegócio,como a agricultura familiar,os povos e comunidades tradicionais tem sido cada vez mais impactados, acarretando inúmeros problemas,de ordem econômica,social e ambiental Os reflexos desta ênfase no agronegócio pela política governamental é de um lado a ascensão da produção dos produtos destes complexos agroindustriais e de outro é queda da área

¹ Doutor. Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: bamin@elo.com.br

² Doutora. Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: solgayoso@ufpa.br

³ Presidente da ABRA- Associação Brasileira de Reforma Agrária. E-mail: gersonteixeira@terra.com.br



plantada com arroz, feijão, mandioca e trigo, o aumento dos gastos com importação de alimentos e desigual apropriação do financiamento público entre as partes envolvidas nesta disputa. A razão deste repentino e duradouro “sucesso” das commodities frente ao “fracasso” da produção de alimentos se encontra no cenário nacional e internacional favorável em termos de demanda, preços e política econômica. O problema é o formato que esta expansão assume nas fronteiras agrícolas e as consequências que decorrem da concentração e a centralização de capital que acompanham o seu avanço já que traz embutido novas e velhas questões como o acesso, uso e controle da terra, o acesso a tecnologia, o descarte e a qualificação da força de trabalho e a presença de novos e poderosos atores liderando esse processo, as empresas globais. O resultado é a amplificação de problemas agrários já existentes mas também a introdução de outros anteriormente invisíveis como o passivo ambiental, a segregação socioeconômica da população impactadas pelas commodities, além do caráter de enclaves que prevalece nos locais e no seu entorno com a presença das atividades. Portanto esse modelo de ocupação e de desenvolvimento econômico, baseado em economia de enclaves a literatura mostra ser incompatível com um desenvolvimento socialmente justo e ambientalmente sustentável, no entanto o governo insiste em adotá-lo. Além disso, esse privilégio dado ao avanço de commodities, consubstanciadas em doação de fartos recursos públicos originou uma violenta expropriação dos meios de produção cuja consequência maior foi uma agudização da pobreza desta população excluída deste processo.

ANEXO

Componentes Benjamin Alvino de Mesquita (PPGPP/UFMA) – A ideia é realizar uma retrospectiva histórica da temática destacando as mudanças estruturais decorrentes desta prioridade e das estratégias que acompanham a expansão recente liderada por empresas globais.

Gerson Luis Mendes Teixeira (ABRA/Unicamp) Abordará os aspectos relacionados ao avanço do agronegócio na América Latina e no mundo focalizando as consequências e causas destas prioridades frente a produção de alimentos e que papel o estado tem desempenhado neste sentido.

Solange Gaioso – (DESS/UFPA) Abordará questões relacionadas desta expansão do agronegócio em termos de rebates e embates nos segmentos excluídos deste processo na Pan-Amazônica.



PLANTATION COLONIAL E AGRONEGÓCIO GLOBALIZADO: Semelhanças e Mudanças.⁴

Benjamin Alvino de Mesquita⁵

A comunicação tentar resgatar de forma pontual a relevância econômica que a grande agricultura de exportação (*plantation*) teve desde os tempos coloniais até a crise de 1929 nas sociedades agrárias da América Latina. O lugar de destaque decorre do peso econômico e política que detinha na época. Contemporaneamente percebe-se que essa atividade, agora, mas complexa e sofisticada, denominada de agronegócio, assume papéis semelhantes na economia dos países exportadores de commodities como a Argentina, Uruguai, Chile e Brasil, em função do que representa para o PIB, Balanço de Pagamento, renda e emprego gerado. Um confronto superficial do padrão de ocupação, estratégias utilizadas e do legado deixado no caminho desta expansão, aparecem elos comuns. Os resultados positivos para a sociedade envolvida não são animadores, prevalece um rastro de saque, pilhagem e um imenso passivo social e ambiental.

Palavras chaves: Plantation, papel da agricultura, agronegócio, América Latina. .

Communication trying to rescue a timely manner the economic relevance that the vast export agriculture had since colonial times to the 1929 crisis in the agrarian society in Latin America. The prominent place stems from the economic and political weight it held at the time. Contemporaneously it is clear that this activity now, but complex and sophisticated, called agribusiness, assume similar roles in the economies of commodity-exporting countries such as Argentina, Uruguay, Chile and Brazil, in terms of what is to GDP, Balance payment, income and employment generated. A cursory comparison of the pattern of occupation, strategies used and the legacy left in the path of this expansion, appears common links. The positive results for the company involved are not encouraging, prevails a service trail, looting and an immense social and environmental liabilities.

Key words: Plantation, role of agriculture, agribusiness, Latin America

⁴ O presente texto é um roteiro realizado com o objetivo de nortear a discussão da mesa sobre “A expansão do agronegócio e a produção de alimentos na América Latina : A contribuição governamental a centralização do capital e a exclusão social” que tem como participantes: Benjamin Alvino de Mesquita (PPGPP/UFMA); Gerson Luis Mendes Teixeira (ABRA/Unicamp) e Solange Gaioso (DESS/UFPA).

⁵ Doutor. Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: bamin@elo.com.br



1 INTRODUÇÃO

A especialização em atividades (agrícola e pecuária) vinculada ao mercado externo e produzida em larga escala em grandes latifúndios na América Latina não constitui novidade, na verdade foi/é uma tradição destas sociedades e cumpriu funções importantes na formação econômica, social política e cultural destes países. Coube a elas um papel essencial que era de gerar divisas para importação bens e serviços não produzidos internamente, mas também de principal provedor de impostos as finanças locais, via imposto de exportação cobrado. Como o nível de rentabilidade frente as demais atividades era alta, mesmo em período de crise nos preços externos do produto, essas economias se concentram e especializam nestes produtos coloniais rentáveis e que dar margem a uma divisão mínima de trabalho, ocupada pela agricultura familiar mas que engendra uma dependência externa por importação de todo gênero de produtos inclusive alimentos.

Ou seja, o sucesso externo dos produtos exportáveis exercia uma função preponderante, pois tinha a responsabilidade de obtenção de moeda forte para importar. Dai a relevância que assume, mesmo em situação de crise. Isso era possível porque a elite política e economicamente dominante se confundiam e se reversavam no poder e nesta atividades lucrativas. Assim qualquer crise a política econômica adotada era no sentido de compensar as perdas externas.

Mesmo assim esse caráter especializado e rentável prevalecente nas atividades coloniais dominadas pela elite agrária pressupunha que outras condições internas fossem satisfeitas, como a incorporação de externas áreas de terra e a oferta farta de mão-de-obra as suas plantation, dado que o padrão de organização da mesma era a grande propriedade e /ou trabalho servil/livre. Cabe, portanto o estado fazer isso e/ou estimular que terceiros o façam. As guerras de conquista e o açambarcamento de territórios “livres” e indígenas, é o início desta limpeza da fronteira aos latifundiários. Ou seja, é a pilhagem organizada e autorizada que comanda esse processo de acumulação primitivo deste período que perpassa por séculos adentro. O saque a expropriação é a palavra de ordem.

A resultante deste modus operantes é a formação de uma sociedade extremante estratificado/segmentada, uns com direito a tudo outros a nada. A minoria explora a atividade lucrativa articulada ao mercado externo e retém o excedente, a



outra parte, que é a maioria, gerar e transfere esse excedente, ela se encontra espoliada e atomizada em todo o território produzindo sua subsistência e ainda desempenhando papéis fundamentais nas suas economias locais/regionais em termos de abastecimento e ocupação desta força de trabalho expropriada. Apesar da invisibilidade ao poder público, a pequena produção de alimentos teve /tem função das mais importantes seja na retenção da população no campo, na geração e distribuição da renda e/ou na formação de núcleos urbanos fora do circuito externo.

Esse quadro de dicotomia social/econômico do período colonial, com as devidas adaptações se estende por séculos, sendo interrompida pela crise de 1929, quando os Estados Nacionais destes países latino-americanos rompem com esse modelo agroexportador e passa a adotar um outro padrão baseado na industrialização e na urbanização, como forma de sair da crise e da dependência das commodities. A crise de 29 em muitos países leva a uma diversificação da produção com objetivo de atender o mercado interno e compensar a retração do mercado externo. Assim a agricultura passa a desempenhar papel de supridor de matéria-prima a indústria nascente e alimentos a preço baixos a nascente força de trabalho urbano.

Até a consolidação de parques industriais (década de 70), em alguns países latino-americanos – Argentina, Brasil e México, resultante da política de substituição de importação agrícola tanto de exportação quanto a de mercado interno teve desempenho medíocre, embora continuasse exercendo papel importante no desenvolvimento de suas economias, seja como fornecedor de divisas, impostos, seja como fornecedor de alimentos e matéria-prima a preço baixo indispensável a acumulação de capitais no setor mais dinâmico da economia – a indústria.

O lançamento dos princípios da Revolução Verde nos anos sessenta deu uma reviravolta na estagnação da agricultura que volta a assumir funções importantes na economia. A adesão dos governos e adoção de medidas econômicas como o crédito rural farto e subsidiado -, incentivos econômicos a instalação de indústria a jusante a montante do setor e a exportação de excedente, viabilizou a modernização do setor num curto espaço de tempo e ocasionou mudanças importantes no perfil produtivo da atividade. Permitiu também a formação e consolidação de importantes grupos oligopólios a jusante e a montante da atividade, complexificando e modernizando a atividade rapidamente, mas privilegiando novamente segmentos muito específicos – a grande propriedade, produtos de exportação e /ou energéticos, e as indústrias dos diferentes elos articulados a modernização (MESQUITA, 2011).



Ou seja, a modernização da agricultura reforçou ainda mais a concentração e a centralização do capital já presente em outros setores econômicos. Mas também esse modelo de modernização gerou um excedente social e ambiental incomensurável que se aprofunda nos anos noventa com a “nova” ordem liberal. O novo cenário econômico patrocinado pela demanda chinesa cria espaço para a entrada de “novos” atores que já estava presentes, mas não tinham essa visibilidade que detém na década atual, trata-se dos complexos do agronegócio que com a expansão em escala planetária e passa a exercer político e economicamente um poder que é incompatível o que representa para essas sociedades que lhes viabilizam econômica e financeiramente via a política governamental favoráveis as suas demandas .

2 ASPECTOS HISTORICOS DO PAPEL DO MODELO AGROEXPORTADOR : Privilegio e Exclusão .

Desde os tempos coloniais o modelo agroexportador baseado nas *plantations* e na *criação de gado* efetivado em grandes propriedades, controlada pelas elites locais e vinculadas ao mercado externo exerceram um papel importante na economia dos países latinos americanos tanto no plano econômico quanto no político, na atualidade não é diferente.

A criação de gado, no Brasil e noutros países latinos americanos, por exemplo, constituíram num fator dos mais importantes de conquista e consolidação de territórios, assumindo assim um papel estratégico na geopolítica das metrópoles coloniais e dos Estados Nacionais que emergem posteriormente. A produção e exportação de açúcar, café e trigo pela representatividade que assume no plano econômico se tornam no eixo central de acumulação nestas sociedades coloniais e na sua continuidade posterior. Outras atividades da agropecuária igualmente importante, mas com ciclo econômico menores, como a borracha, a erva mate, algodão e couro também desempenharam papel importante em suas econômicas no período do auge do ciclo.

Durante esse período colonial e até a Grande Crise Econômica de 1929, a agricultura no seu sentido mais amplo foi a principal atividade econômica e a responsável maior pela geração de renda, emprego e obtenção de divisas essenciais as importações de produtos manufaturados e pelo pagamento dos juros da dívida externos contratada do período. Além disso, a agricultura também ao liberar mão de



obra e aplicar parte do excedente gerado em outras atividades econômicas ligadas aos serviços, comércio e indústria como manufaturas, estrada de ferro, portos, bancos contribuíram para o desenvolvimento econômico e a urbanização de diversas regiões onde tinham relevância neste país.

Apesar da crise severa que se alastrou nestas economias periféricas decorrentes do vínculo com as economias centrais e da dependência econômica baseada em produtos agrícolas os mais atingidos pela crise de 29, no pós 2ª Grande Guerra essas economias latino americanas voltam a depender da maioria destes produtos para gerar divisas, arrendar impostos e assim manter em funcionamento suas economias. Como se sabe essa mudança de perfil da economia destes países que vem do período da crise ocorrerá, mas de forma paulatina e, é decorrente da política governamental implementada pelos diferentes governos com ênfase nas manufaturas. Os resultados da mesma só surgem com maior efetividade nas décadas de 50 e 60. Isto significa que a grande agricultura exportadora continua a ter relevância e ser apoiada pelas governamentais como forma de gerar excedentes exportáveis e portanto moeda forte., indispensáveis ao equilíbrio do balanço de pagamento em déficit permanente.

Esse quadro de dependência de poucos produtos na pauta de exportação vai alterar um pouco, com a entrada da soja, eucalipto (celulose) e produção de frutas que junto com os produtos tradicionais de exportação (carne, trigo, café e açúcar) e alguns outros voltam a ter papel importante na geração de superávit comerciais. Mas é nos anos noventa com a implantação das medidas de caráter liberal que permite uma maior circulação de mercadorias, serviços e capital que ocorre um boom econômico no comércio internacional de commodities beneficiando não só as economias que tinham tradição neste segmento de produtos como outras que passam a incorporar neste fluxo de comércio ocasionado sobretudo pela demanda chinesa por produtos agrícolas.

Na atualidade, Século XXI um conjunto de poucos mais de uma dezenas de complexos agroindústrias liderado de grandes conglomerados financeiros nacionais e internacionais controlam a produção, parte do financiamento, a comercialização e as fatias do processamento e da industrialização destas matérias-primas em escala global, estão em todos os países onde a produção é relevante. São eles os responsáveis pelo crescimento significativo da produção e exportação que se constatou nas últimas décadas e dependendo do país respondem por uma parcela importante das



exportações gerais e do emprego e conseqüentemente pela entrada de dólares no país, as estimativas estão entre 25% a 35%, variando de acordo com o período analisado e país. (MESQUITA 2013).

O efeito desta nova divisão do trabalho para os países fornecedores de matéria-prima para a China e mundo industrializado é o aparecimento nestes países periféricos de empresas globais na esfera da produção de tais commodities, já que anteriormente elas só atuavam no segmento da circulação, financiamento e industrialização. A mudança ocorre em razão do apoio de políticas governamentais direcionada a esse segmento com objetivo de atender a demanda externa e incorporar novas áreas ao processo produtivo.

A resultante deste processo foi uma ampliação da fronteira agrícola a taxa geométrica em todos os países produtores e exportadores de tais produtos. No entanto, as culturas voltadas a abastecimento interno e/ou com preço deprimidos sofreram revés de crescimento (lento ou negativo) ou de substituição por outras atividades mais lucrativas. A dicotomia vigente desde os tempos coloniais, entre grandes produtores/produtos de exportação e agricultura familiar/mercado interno, ganha uma nova dimensão. No formato atual o financiamento conta com a presença dos grandes conglomerados, fundos de investimentos nacionais e internacionais e a verba pública. Além disso, como a competição por mercado global e por novas áreas de plantio faz parte da estratégia permanente destas empresas globais, a tendência tem sido o aumento da concentração da produção e do avanço da centralização de capitais nas áreas estratégicas como do biocombustíveis, compra e arrendamento de terra por esse segmento do capital. A expansão da soja de forma geométrica nos países da América Latina é um exemplo disso. No Brasil e na Argentina se generalizou de tal forma, concentrando e especializando regiões inteiras, que outras culturas desapareceram e/ou encontram espremidas sem alternativas de crescimento. Algumas regiões a proporção entre soja e outras culturas temporária chega a 4/5 da área plantada.

No Brasil o avanço do agronegócio sobre áreas do Centro-Oeste, Amazônia e Nordeste é um exemplo disso. Se de um lado, esse crescimento do agronegócio põe o país como um grande produtor e exportador de commodities, com superafraças crescentes de grãos, aumento da produtividade, responsável por superávit crescente e permanentes da balança comercial e portador de uma suposta competitividade internacional conforme o discurso da elite beneficiária deste processo. Os outros



segmentos não articulados ao agronegócio, como os agricultores familiares, os povos e comunidades tradicionais tem sido cada vez mais impactados, acarretando inúmeros problemas, de ordem econômica, social e ambiental.

Os reflexos desta ênfase no agronegócio pela política governamental é de um lado a ascensão da produção dos produtos destes complexos agroindustriais e de outro é queda da área plantada com arroz, feijão, mandioca e trigo, o aumento dos gastos com importação de alimentos e desigual apropriação do financiamento público entre as partes envolvidas nesta disputa. A razão deste repentino e duradouro “sucesso” das commodities frente ao “fracasso” da produção de alimentos se encontra no cenário nacional e internacional favorável em termos de demanda, preços e política econômica (MESQUITA, 2009).

O problema é o formato que esta expansão assume nas fronteiras agrícolas e as consequências que decorrem da concentração e a centralização de capital que acompanham o seu avanço já que traz embutido novas e velhas questões como o acesso, uso e controle da terra, o acesso a tecnologia, o descarte e a qualificação da força de trabalho e a presença de novos e poderosos atores liderando esse processo, as empresas globais.

O resultado é a amplificação de problemas agrários já existentes mas também a introdução de outros anteriormente invisíveis como o passivo ambiental, a segregação socioeconômica da população impactadas pelas commodities, além do caráter de enclaves que prevalece nos locais e no seu entorno com a presença das atividades. Portanto esse modelo de ocupação e de desenvolvimento econômico, baseado em economia de enclaves a literatura mostra ser incompatível com um desenvolvimento socialmente justo e ambientalmente sustentável, no entanto o governo insiste em adotá-lo. Além disso, esse privilégio dado ao avanço de commodities, consubstanciadas em doação de fartos recursos públicos originou uma violenta expropriação dos meios de produção cuja consequência maior foi uma agudização da pobreza desta população da excluída deste processo. (MESQUITA, 2013).



3 O CENÁRIO NEOLIBERAL, EMPRESAS GLOBAIS E A DINÂMICA DO AGRONEGÓCIO

O surpreendente crescimento econômico da China de 9,5% ao ano desde 1980 mudou não só o país também desencadeou mudanças extraordinárias nas economias fornecedoras de commodities, de forma que seus desempenhos estão atrelados a este novo cenário internacional. (IPEA, 2011). Na Amazônia os agentes que estão na linha de frente desta transformação, são as grandes empresas de diferentes ramos de atividades.

O crescimento econômico recente do agronegócio é liderado pela presença de grandes empresas, particularmente em atividades e áreas articulada ao mercado externo, onde as commodities, nas últimas décadas assumem um papel relevante. Os instrumentos governamentais de base fiscal e monetário além de outros utilizados pela antiga política de desenvolvimento regional, comuns e importantes no período do Estado desenvolvimentista (1970/1985) continuam sendo a marca registrada na atração de megas investimentos em pleno século XXI.

O último censo agropecuário de 2006 já revelava mudanças significativas em inúmeros aspectos da agricultura, mostrando, entre outros aspectos, a pujança da mesma no aspecto da dimensão alcançada, mas, sobretudo em termos de inovação expressa na produtividade obtida, mas também mostrava o caráter heterogêneo e diferenciados que a caracteriza e o deslocamento da produção no país, sentido Sul, Sudeste para Centro Oeste e Amazônia. Esse fenômeno detectado naquele momento se acentua contemporaneamente em função de uma conjuntura internacional (China) e nacional (preço atrativo da terra, incentivo e financiamento público) que atraem investimentos em atividades dominadas por grandes grupos oligopólios.

Embora haja dezenas de grupos nacionais de médio e grande porte que estão presentes nos diferentes elos de cada cadeia produtiva do agronegócio, sabe-se que no nível mais geral da circulação e do processamento, ele é dominado por grupos internacionais, verdadeiros cartéis do setor, poderosos, financeiro e politicamente em todos os países que tem relevância na produção e processamento de grãos, em especial a soja, e na comercialização e distribuição dos seus derivados. São as formosas ABCD (ADM, Bunge, Cargill e LDC) que como controlam parcela significativa desta atividade do circuito da produção a comercialização, aqui estão presentes e são as principais engrenagens que explicam este avanço vigoroso do



agronegócio no Brasil e outros países onde atuam. O complexo da celulose (eucalipto) e do óleo de palma (dendê) também é dominado por gigantes como a Vale, Petrobras ,Suzano ,Galp, Votorantim, todas empresas globais com enorme poder de mercado nos segmento onde atuam (MESQUITA,2013b)

Estas empresas, sem duvida, detêm um poder de mercado tão importante que sinalizam as tendências e estratégias e conseqüentemente a ampliação ou recuo da área plantada e/ou do processamento a ser feito, e claro, das exportações e mercado a atingir no médio e longo prazo.. De forma que o avanço das áreas com dendê, eucalipto e soja nos biomas do Pantanal, Cerrado e Amazônico se articula fundamentalmente a tais decisões empresariais do que de ações governamentais. Por sua vez, essa decisão das empresas, depende da tendência geral do crescimento econômico das economias que hoje ditam a dinâmica do mundo capitalista, a chinesa e a Americana, é da demanda destes dois gigantes que se compreende o rumo das mudanças no plano espacial e o ritmo frenético que assume determinada atividade frente as demais.

A expansão dos complexos vinculados a soja, dendê e eucalipto teve desempenho excepcional na Amazônia principalmente frente as culturas do mercado interno que cresceram lentamente ou negativamente (arroz e mandioca). Enquanto o Brasil demora duas décadas para duplicar sua área com soja, Amazônia legal em igual período mais do que quadruplica. Conforme mostra a tabela abaixo esse ritmo ainda é mais acelerado entre 2000 a 2010.



Tabela 1 - Área plantada, área colhida, quantidade produzida e valor da produção da lavoura temporária								
Lavoura temporária = Soja (em grão)								
Brasil e Unidade da Federação	Variável X Ano							
	Área plantada (Hectares)				Área plantada (Percentual)			
	1990	2000	2005	2010	1990	2000	2005	2010
Brasil	11.584.734	13.693.677	23.426.756	23.339.094	25,1	30,0	40,4	39,2
Rondônia	4.640	11.800	75.275	122.743	1,2	3,44	19,4	26,9
Acre	-	-	55	100	-	-	0,05	0,09
Amazonas	-	1.060	2.256	180	-	0,71	1,37	0,13
Roraima	-	-	13.000	1.400	-	-	22,4	4,0
Pará	-	2.225	68.410	85.450	-	0,20	6,4	10,7
Amapá	-	-	-	-	-	-	-	-
Tocantins	30.120	57.919	355.300	352.875	8,8	19,9	51,7	53,1
Maranhão	15.305	178.716	372.074	495.756	0,9	14,7	23,1	28,6
Mato Grosso	1.552.910	2.906.648	6.121.724	6.227.044	63,9	61,2	68,2	66,3

A última década do século xx também marca a entrada da soja na Amazônia, com os estados de Rondônia, Tocantins e Maranhão, enquanto a primeira década do século xxi ,inseri Amazônia verdadeira no ciclo da soja com o Pará e o Amazonas. Observa-se na tabela que na década de noventa, a soja se restringia praticamente ao Mato Grosso, com inserção esporádica de outros estados da região. Posteriormente, este quadro, se altera como a entrada de outros estados como Rondônia, Tocantins Pará e Maranhão. (IBGE, 2013).

Simultaneamente a essa expansão vigorosa da soja , outras monoculturas, rapidamente despontam no cenário amazônico só que em ritmo menos acelerado, como o dendê e eucalipto. Ambas estão também articuladas a essa dinâmica externa e interna que lhe favorecem. De um lado o lançamento de programas voltados aos bicompostíveis e de substituição de importante de óleo de palma, e de outro lado, os preços e a demanda internacional crescente, que somados a oferta generosa de recursos públicos para financiamento de tais investimentos de longo prazo, constitui sem dúvida fator de atração para esses complexos agroindustriais que controlam esse segmento da celulose, gusa e biocompostíveis.

Em termo espacial, nota-se que cada monocultura, se articula a um determinado território e apresenta um grau de concentração que varia ao longo do período, mas todas, no entanto tem como denominador comum o controle da cadeia



por empresas globais nacionais e internacionais, embora também terceirize a parte menor da sua oferta via a formação de fornecedores integrados. Apesar das monoculturas tenham representatividade apenas em poucos estados a Amazônia Legal : Mato Grosso Amapá, Pará, Tocantins Maranhão, isso não tira sua importância ,porque a velocidade e o tamanho da área ocupada e as perspectivas de ampliação é preocupante, em razão do formato deste avanço que tem como resultados a expropriação de pequenos e médio produtores e a concentração da terra inerente ao este processo de natureza extensivo de terra.

O Amapá, por exemplo, tem tradição na silvicultura (florestas) desde a época do projeto Jari (anos 70) e atualmente é um pólo em expansão com cerca de 60 mil hectares. De acordo com a Secretaria de Estado do Meio Ambiente, o Pará tem uma área aproximada de 275.900 há de eucalipto, concentrada no Nordeste e Sudeste Paraense, principal área de oferta de carvão ao pólo guseiro de Marabá-Pa. Em função da demanda inelástica por carvão vegetal do pólo guseiro instalados nas cidades de Açailândia-Ma e Marabá-Pa , o plantio de eucalipto no Tocantins tem avançando rapidamente, embora esteja distante dos seus dois vizinhos produtores de ferro gusa Pará e Maranhão (.MESQUITA,2013).Esse quadro deverá ganhar novos cenários em decorrência da instalação de novas de usinas de ferro gusa, aciaria e duas fabricas de Celulose pelo Grupo Suzano neste eixo de influencia da Estrada de Ferro Carajás.(as informações é que as mesmas deverão ser instaladas (2013-2014- em Marabá, Açailândia e Imperatriz respectivamente).Provavelmente isso irá repercutir em área cada vez mais distante deste pólo ,como é o caso do Mato Grosso (MESQUITA,2012)

Outra monocultura importante no cenário do agronegócio é o dendê, tendo o Pará o monopólio do seu cultivo. Em função de um programa de incentivo - Palma de Ouro - lançado pelo governo federal em 2010, que objetivo, cortar importações da Ásia; aumentar a oferta interna do óleo de palma, matéria-prima importante na mistura de óleo diesel, essa cultura tem avançado rapidamente varias regiões do estado, a estimativa é que área fica entre 150 a 180 mil hectares.⁶

⁶ São três polos produtores consolidados, envolvendo nove municípios paraenses (Moju, Tailândia, Acará,Tomé-Açu, Bonito, Igarapé Açu, Santo Antônio de Tauá, Santa Izabel do Pará e Castanhal .Por outro lado com os incentivos governamentais há cerca de 20 empresas no mercado de produção agroindustrial da palma de óleo, e perfazem cerca de 118 mil hectares de área plantada com dendê no Brasil.

4 O MODELO (PADRÃO) DE DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGÓCIO E AS CONSEQUÊNCIAS SOCIOAMBIENTAIS .

O modelo de desenvolvimento agrícola dominante na agricultura moderna, industrial de larga escala tem por matriz os elementos da Revolução Verde, o uso intensivo de insumo, a incorporação crescente de tecnologia, a mecanização dos processos produtivos e a gestão científica da produção. Só adesão deste pacote tecnológico é que garantiria o sucesso do empreendimento, em termos de aumento da produção, ganho de produtividade e consequentemente redução de custos e maximização dos lucros. Ou seja, esse formato por natureza é excludente e predador de recursos. A operacionalização do modelo pressupõe intensidade de capital e a larga escala. Os dois principais pilares do processo são a quimificação e a mecanização sem os quais não é possível trabalhar em grandes extensões de áreas de forma lucrativa. Neste sentido esse modelo atual é muito mais perverso em termos de exclusão social e impacto ambiental do que a grande lavoura colonial (plantation) , também usuária da grande extensão de terra ,especializada e lucrativa como o atual agronegócio.

A razão se encontra no padrão distinto de expansão do agronegócio e da agricultura familiar. Na primeira a lógica que prevalece é da ampliação do capital, da competição acirrada, da centralização do capital e da procura incessante pelo lucro. Na outra,o objetivo é sobretudo pela reprodução da sua força de trabalhos. Esse pequeno produtor que tem por base o trabalho familiar, a pequena escala, a diversificação da produção, o mercado interno , historicamente nunca conseguiu se capitalizar e dessa forma não consegue acompanhar as inovações tecnológicas ofertada ao modelo agroexportador, fundamentado na larga escala, na especialização e na dependência ao setor financeiros e dos elos da cadeia produtiva a jusante e a montante.

A alta rentabilidade do agronegócio frente as demais atividades agrícola não inseridas no comercio internacional tem ocasionado transformações não só no uso e controle da terra mas também na ocupação da força de trabalho e no próprio perfil



produtivo destas economias onde o agronegócio assume papel cada dia mais importante como a Argentina, Uruguai, Chile e Brasil.

A causa deste avanço do agronegócio se articula a inúmeras variáveis, externas e internas. Por exemplo, com a abertura dos mercados Latino Americanos as economias centrais, em termos de bens e serviços que ocorre no âmbito da política neoliberal dos anos noventa, o crescimento da demanda externa por commodities ; a limitação física de terras agricultáveis, as mudanças climáticas e recursos hídricos nos países importadores de matéria-prima, pode-se somar a estes, outras, como a política governamental favorável a atração de investimento no setor, o baixo preço da terra e da força de trabalho nas áreas de fronteira agrícola e a baixa efetividade das políticas ambientais vigentes neste país. Elas podem em parte explicar essa tendência a “sojização” que ocorreu em muitos países nas décadas. (MESQUITA 2013)

As consequências negativas deste modelo agrícola agroexportador são conhecidas de todos, embora seja diferenciada e varie de acordo com a região, com o nível de organização da sociedade e do perfil produtivo que prevalece em tal área. Mas genericamente podem-se listar algumas comuns aos locais de expansão do agronegócio:

- 1 Concentração da terra e da renda
- 2 Aumento das desigualdades sócio espaciais
- 3 Aumento da migração campo cidade e do desemprego rural
- 4 Geração de pouco emprego
- 5 Expropriação de pequenos e médio produtores – diminuição do número de exploração/estabelecimentos agrícolas
- 6 Mudança do perfil produtivo regional – maior especialização e concentração da produção
- 7 Substituição de policulturas, produção de leite por cultivos homogêneos.
- 8-Aumento das importações de alimentos e de insumos modernos voltados ao agronegócio.

Observa-se que na geografia do desmatamento, da biodiversidade da insegurança alimentar está intrinsecamente vinculado à ocupação da fronteira agrícola pelo agronegócio, isso vale para qualquer lugar onde esteja. No Brasil, neste período recente (pós -1990) está presente, sobretudo no Centro Oeste, áreas da Amazônia (PA, TO e RO) e no Nordeste (BA, PI e MA) local da mais nova fronteira agrícola das



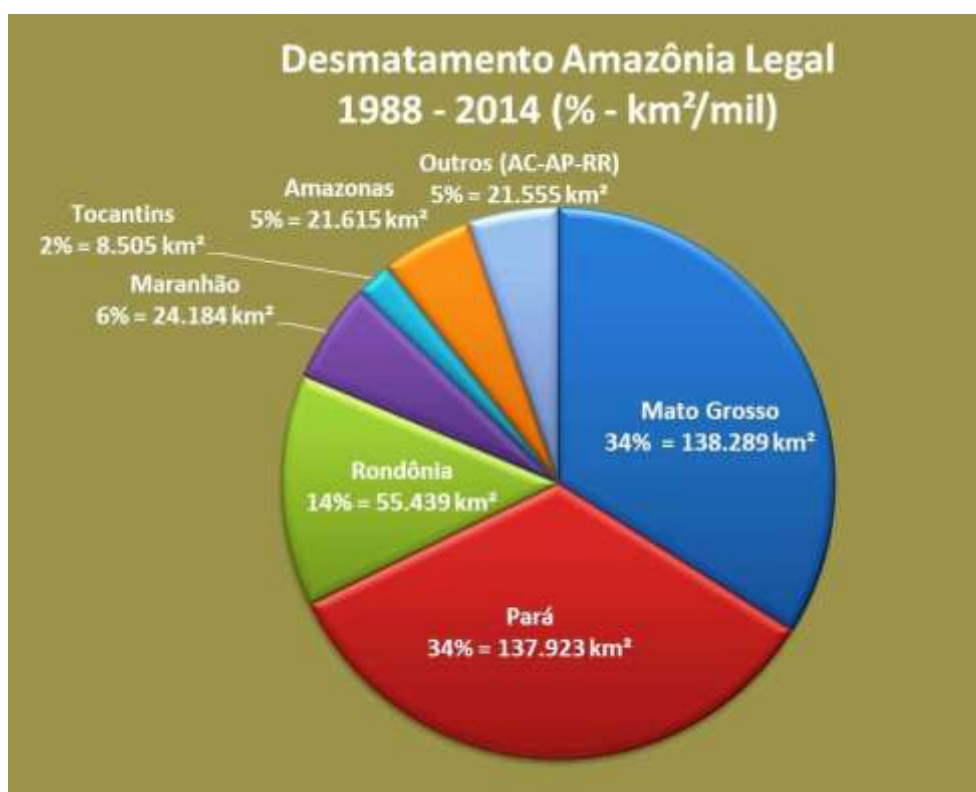
commodities, principalmente de grãos, mas também do eucalipto, dendê e do capim (MESQUITA ,LIMA2015) .

Na Argentina, Paraguai, Uruguai com uma ampla área também ocupada pelo agronegócio, não é diferente, o avanço da fronteira agrícola acompanha o desmatamento de áreas nativa (e com ela a perda da biodiversidade) e , outros tipos de problemas deste processo de devastação, sinalizado pela retirada da mata nativa. Com um montante que ultrapassa a casa de um milhão de hectares e com uma taxa de crescimento anual crescente, a área desmatada , nestes países é preocupante. De acordo com a FAO a taxa na Argentina de 0.85 ao ano, e, em áreas sojeira como a de Córdoba ela é de 2,9% a.a ,quase 4 vezes a media nacional e treze vezes a mundial.

No Brasil a área de expansão do agronegócio desde os anos 90 se encontra predominantemente em dois biomas, Cerrado e Amazônico. Enquanto neste ultimo há uma preocupação institucional para conter o desmatamento e suas consequências, que nem sempre surte efeito, no Cerrado a preocupação governamental é mínima o que facilita a ocupação e, portanto, o processo de degradação que acompanha a retirada da florestas nativas. Considerando que Amazônia Legal que inclui os dois biomas, e onde se encontra a dinâmica da expansão dos principais produtos do agronegócio, nota-se que até houve uma queda em 20 anos (1990 a 2010) de 49%,saiu de 13.730 quilometro quadrados para 7000, mesmo assim a dimensão absoluta ainda enorme (700.000 hectares). Na década de noventa o desmatamento cresce 33% (salta de 13.730 para 18.226 mil quilometro quadrados) ,com um pico de 29.059 km² em 1995, o maior de todos os tempos, na década seguinte de 2000 a 2010 em função das pressões internacionais registra-se uma queda de -61% (passa de 18.226 km para 7000km²).,mas registra o segunda maior pico em 2004 com 27.772 km². (INPE, 2013);(MESQUITA , LIMA 2015) .Os referidos autores ainda chama atenção para o aspecto da área já desmatada, em dez anos (2000/2010) ,o acumulado salta de 220.473 km² para 385.783 km² , isso equivale a 16,5 milhões de hectares desmatado, isso apesar de todo alarde contra o desmatamento no período.

No gráfico acima se chama atenção para a dimensão física e representatividade do desmatamento acumulado (INPE,2013), em estados brasileiros onde o agronegócio tem papel preponderante como Mato Grosso, Pará, Rondônia, Tocantins e Maranhão no período de 1988 a 2014 (com taxa estimada). Observa-se também que a participação do Pará e Mato Grosso neste processo é marcante, o

primeiro está Amazônia clássica, e o desmatamento se articula com a expansão da pecuária e o ultimo na região de cerrado, lá o desmatamento acompanhou a expansão primeira da pecuária e depois de grão em particular da soja. (MESQUITA, LIMA 2015)



Fonte: Elaborado por LIMA e MESQUITA 2015,
a partir de dados do PRODES INPE 1988-2014.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Pelo que foi dito a expansão vertiginosa do agronegócio que se registra nas ultimas décadas, aprofunda ainda mais aquele antigo padrão de ocupação e de controle de território, antes induzido pelo estado e efetivado particularmente pela pecuária (MESQUITA, 2011b). A diferença agora é que a decisão e a estratégia de ocupação saem do planejamento estratégico dos grupos empresariais localizados fora do local. Isto significa dizer que as questões, mas macro, como a organização de uma estrutura produtiva integrada com a economia local/regional ou nacional nem sempre é levado em consideração, resultando daí conflitos que se espalham em diferentes direções, com prejuízos aos elos mais frágeis deste confronto (VAINER, 2007). O



resultado mais visível é a disputa (desigual) por terra e por fundos públicos, entre agricultores familiares e a agricultura empresarial, naturalmente favorável a última (MESQUITA, 2013).

O padrão de ocupação destes grupos empresariais em decorrência do formato que assume vem acompanhado de inúmeras consequências com efeitos diferenciados em termos temporais e espaciais. Ele passa pela apropriação indevida e compra de extensas áreas de terra públicas e privadas; pela a “incorporação” e expropriação de áreas do entorno (via compra e/ou remanejamento) de pequenos e médios estabelecimentos vinculados a pecuária, frutas, extrativismo e dentre outros. Essas estratégias objetivam limpar o local, empurrar os pequenos produtores para áreas mais distantes; postergar a desapropriação de áreas para a reforma agrária, pois ao inflacionando o mercado de terra, contribuindo assim para a formatação de uma nova estrutura produtiva regional⁷.

A consequência é uma reformulação radical do uso da terra que se desdobra em diferentes planos. A terra, embora, seja um ativo de pouca liquidez para o capital, (KEYNES, 1987), neste cenário de demanda e preços favoráveis as commodities, ela vem assumindo várias funções estratégicas. Uma de antecipação (frente aos seus concorrentes) de estoque e controle de futuras áreas de expansão e outra de reserva de valor, além do aspecto puramente especulativo que poderá decorrer da limitação de áreas agricultáveis e de controle institucional a compra de grandes áreas terras estrangeiras na Amazônia. (CAMARA, 2011). A resultante é um processo contínuo de expropriação que se visualiza em termos queda da produção de alimentos, mais concentração da terra e da renda e encolhimentos da agricultura familiar. (MESQUITA, 2013)

Amazônia neste contexto dos monocultivos e da exploração de recursos minerais tende a virar cada vez mais em um espaço estratégico e privilegiado do grande capital e, portanto das empresas globais. Os grandes projetos de

⁷Em algumas regiões, caso do Pará, a expansão do dendê ocorre (em parte), segundo as empresas, em cima de áreas degradadas (pecuária); em outras, como no Maranhão, o eucalipto (no Nordeste do Estado) avança sobre áreas ocupadas anteriormente pela soja e pecuária, e também em áreas virgem, no Tocantins em áreas novas e sobre a produção familiar. De uma forma geral a parte significativa da expansão destes monocultivos se faz em áreas virgens do cerrado e florestas de transição, inclusive com aval das Secretarias de Meio Ambiente destes Estados (MESQUITA, LIMA; 2015).



investimentos, seja qual for a atividade envolvida, são portadores de um potencial de (des.)-organização e transformação dos espaços, alias um grande potencial de compor e decompor regiões. Por sua própria natureza, eles projetam sobre os espaços locais e regionais interesses quase sempre globais, o que os tornam *globais-locais* (VAINER, 2007).

O caráter concentrador e de espacialização é explícito em todas as monoculturas, pois ela se concentra em pouquíssimos territórios frente ao universo de área disponibilizada. Especialmente, percebe-se que a dinâmica da atividade agrícola no seu sentido mais amplo, se localiza em poucas microrregiões da área de fronteira agrícola e tende a ser cada vez mais em um espaço estratégico e privilegiado do grande capital e, portanto das empresas globais. A consequência é uma reformulação radical do uso da terra nesta área que se desdobra em diferentes planos.

6 REFERENCIAS

CÂMARA DOS DEPUTADOS, Relatório da Subcomissão destinada a, no prazo de 180 dias, analisar e propor medidas sobre o processo de aquisição de áreas rurais e suas utilizações, no Brasil, por pessoas físicas e jurídicas estrangeiras – SUBESTRA. 2011, 75p. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/atividadelegislativa/comissoes/comissoespermanentes/capadr/subcomissoes/subestra-relatorio>>. Acesso em 11 de junho de 2012. IN CRA.

IPEA. **Políticas sociais: acompanhamento e análise**. Desenvolvimento rural, cap. 7. Brasília: IPEA, 2011. pp. 231-286.

IBGE. Sistema de Recuperação Automática SIDRA. Disponível em: <www.sidra.ibge.gov.br/bda/territorio/cartao.asp?func=imp&z=t&o=10&i=P>. Acessado em 12/08/2013.

INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais). 2011. Projeto PRODES. São José dos Campos, Inpe. Acessado em 07/07/2013.

IPEA. **Políticas sociais: acompanhamento e análise**. Desenvolvimento rural, cap. 7. Brasília: IPEA, 2011. pp. 231-286.

KEYNES, J.M. **Teoria geral do Emprego do juro e da moeda**: Inflação e Deflação. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Coleção Os Economista).

MESQUITA, B. A. de ; LIMA, Luís A. P A expansão de monocultivos de soja e eucalipto nos cerrados do Tocantins e Maranhão e a organização do espaço agrário e



do perfil produtivo destas economias, In EGAL 2015, Encontro de geógrafos da América Latina, Havana, Cuba, 2015

_____. O desenvolvimento desigual da agricultura: a dinâmica do agronegócio e da agricultura familiar. São Luís: Edufma, 2011.

_____. A atuação governamental, as forças de mercado e a inserção da Amazônia no ciclo de commodities, in crise do capital, lutas sociais e políticas públicas. São Paulo: Xama, 2012.

----- . Conflitos territoriais na Amazônia na “Era do capital. In: NETO, Joaquim Shiraishi. Et all (org.). Meio Ambiente, Território e Práticas Jurídicas: enredos em conflitos. São Luís: EDUFMA, 2011b.

----- Demanda por alimentos e as consequências na Amazônia brasileira :“sucesso” do agronegócio e tragédia do desmatamento. In: 12ª Encuentro de Geógrafos de América Latina; Montevideu, Uruguay, 2009.-----

----- . Os grandes projetos de investimentos na Amazônia e as transformações agrárias. In: ESADR 2013 - Alimentar mentalidades, vencer a crise global Évora, Portugal, 2013.

VAINER, C. Planejamento Territorial e Projeto Nacional: Os desafios da Fragmentação- in R.B.ESTUDOS URBANOS E REGIONAIS V,9,N 1/ Maio de 2007.



EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO E A PRODUÇÃO DE ALIMENTOS NA AMÉRICA LATINA: apontamentos preliminares a partir da produção de soja no Brasil.

*Solange M^a Gayoso da Costa*⁸

Dos setores do agronegócio, o agroalimentar se destaca, mundialmente, como um dos mais estruturados. Dentre as diversas transformações, a da reestruturação da produção alimentar, via integração vertical transnacional das cadeias produtivas, provoca aumento na oferta de produtos, viabilizada pelas estratégias da especialização produtiva de regiões em diversos países, do consórcio de empresas e da integração dos produtores ao mercado global. Sua estratégia expansionista estrutura-se na aquisição de novas terras aráveis; na migração; na implantação de infraestrutura e logística para o escoamento da produção e na incorporação da questão ambiental na dinâmica produtiva.

Palavras chaves: agronegócio, sojicultura, concentração de terra.

The sectors of agribusiness, agri-food stands out worldwide as one of the most structured. Among the many changes, the restructuring of food production, via transnational vertical integration of productive chains, causes an increase in product offering, made possible by the strategies of productive specialization of regions in several countries, the consortium of companies and the integration of producers to market global. Its expansionist strategy structure on the acquisition of new arable land; migration; the implementation of infrastructure and logistics for the flow of production and the incorporation of environmental issues in the productive dynamics

Key words: agribusiness, soybeans, land concentration

⁸ Doutora. Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: solgayoso@ufpa.br



1. Introdução

Dos setores do agronegócio, o agroalimentar se destaca, mundialmente, como um dos mais estruturados. Dentre as diversas transformações, a da reestruturação da produção alimentar, via integração vertical transnacional das cadeias produtivas, provoca aumento na oferta de produtos, viabilizada pelas estratégias da especialização produtiva de regiões em diversos países, do consórcio de empresas e da integração dos produtores ao mercado global.

Os argumentos explicativos para a ampliação do sistema agroalimentar baseiam-se numa propalada “crise do setor de alimentos”, pela qual se justificam as diversas estratégias usadas pelos agentes/agências do setor. O aumento da demanda mundial de alimentos tem induzido o crescimento, por exemplo, da produção de soja em larga escala.

Estudos da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) indicam que o número de pessoas que padecem de fome crônica no mundo alcançou, em 2009, o montante de 1 bilhão de pessoas, podendo chegar a 9,2 bilhões em 2050. A FAO afirma que o desenvolvimento agrícola garante a segurança alimentar mundial e a demanda tem sido atendida, em parte, pela produção comercial de grãos, um dos setores mais evoluídos. (FAO, 2009, p. 10-11).

Para baratear os custos da produção e atender a demanda por alimentos, introduz-se a soja na alimentação dos animais, estimulada pelas empresas agroalimentares, que dominam o comércio mundial. Ligada, então, à expansão comercial da produção animal, intensiva e industrial, a soja passou a ser o investimento prioritário da agricultura de grãos.

A produção da soja começou a desenvolver-se nos Estados Unidos, na metade dos anos 1930, incentivada pela corporação dos produtores americanos de soja (*American Soybean Association*), para conter a crise de superprodução do algodão e do milho. Foi, inicialmente, utilizada na produção de óleo e, posteriormente, na alimentação animal, tornando-se imprescindível nessa atividade. A produção mundial de soja envolve uma rede complexa de agentes que agrega empresas

multinacionais, agências estatais e não estatais, agroindústrias e produtores, dentre outros, distribuídos por diversos países.

Ana Célia Castro (2005) aponta que o sistema agroalimentar da soja agrega um conjunto de setores, dentre os quais a produção e o comércio de grãos, a produção de óleos vegetais e a produção de farelo. A produção de grãos e de farelo depende da base produtora de *commodities* em larga escala, cuja eficiência em custos é o principal fator da concorrência. Afirma a autora que a produção de soja é, claramente, um empreendimento de grandes grupos, e há, tanto no plano mundial, como no caso brasileiro, tendência à concentração de capitais.

2. A produção de soja no Brasil

A soja produzida atende duas grandes finalidades, 90% atende a demanda de produção de óleo e ração animal e os 10% restante é utilizado na semeadura ou processado em forma de grãos. Tradicionalmente, a soja é produzida em regiões temperadas e subtropicais, em diversos países, hoje é cultivada em regiões tropicais. O Brasil é o segundo maior produtor mundial, cerca de 58 milhões/t em 2009, atrás dos EUA que produziu 91 milhões/t em 2009. Argentina, Paraguai, Bolívia e Uruguai ocupam, respectivamente, a terceira, sexta, oitava e décima posições. Outros grandes produtores são China e Índia, mas com safras inteiramente voltadas para consumos internos.

Os EUA, o Brasil e a Argentina são os principais fornecedores de soja para o mercado mundial. As projeções do USDA Baseline Projections, sobre a comercialização mundial da soja em grãos, sinalizam que o Brasil apresentará crescimento exponencial, 54% das exportações mundiais em 2014/15. Tanto os EUA quanto a Argentina apresentam perda de fatia desse mercado conforme pode ser observado na tabela 1.

Tabela 1- USDA - Projeções da Exportação Mundial de Soja em grão - 2003/4 - 2014/15.

	2003/ 2004	2004/ 2005	2005/ 2006	2006/ 2007	2007/ 2008	2008/ 2009	2009/ 2010	2010/ 2011	2011/ 2012	2012/ 2013	2013/ 2014	2014/ 2015
Arg	6,8	7,7	7,1	7,2	7,3	7,3	7,2	7,2	7,2	7,1	6,9	6,7
Br	19,8	22,3	23,1	25,9	29,2	33,7	37,7	40,5	43,2	45,3	47,4	49,4
EUA	24,1	27,5	29,9	30,1	29,9	28,7	28,0	28,0	28,0	27,9	27,9	28,0
China	0,3	0,2	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,2	0,2	0,2	0,2
Outros	3,2	3,8	4,0	4,2	4,5	4,8	5,1	5,3	5,6	5,9	6,2	6,5
América Sul												
Outros	1,1	1,2	1,2	1,2	1,2	1,2	1,1	1,1	1,1	1,1	1,1	1,1
Total	55,3	62,7	65,6	69,0	72,4	75,9	79,4	82,4	85,3	87,6	89,9	92,0



Fonte: USDA Agricultural Baseline Projections, a presentado em BORGES (2005).

Os três maiores produtores de soja – Estados Unidos, Brasil e Argentina – respondem hoje por 80% de toda a produção mundial, com acelerada taxa exponencial, que em dez anos apresentou crescimento de 60%. “Nos anos 1990, a produção norte-americana cresceu, em média, 4,15% ao ano, enquanto que na América do Sul o ritmo de expansão foi de 17,45% ao ano”. (LIMA, 2008, p. 54).

Dados da Organização Mundial do Comércio, em 2010, indicaram que o Brasil exportou “US\$ 61,4 bilhões em produtos agropecuários em 2008, comparados com US\$ 54 bilhões do Canadá. Em 2007, os canadenses mantinham estreita vantagem, com vendas de US\$ 48,7 bilhões, ante US\$ 48,3 bilhões do Brasil” (LANDIM, 2010). A soja contribuiu para o aumento das exportações. Segundo dados da Secretaria de Comércio Exterior do Ministério da Indústria e Comércio (SECEX), a soja e derivados apresentaram expressivos crescimentos nas exportações na primeira década do século XXI.

A introdução da soja no Brasil deu-se por volta do final do século XIX e início do século XX pela aquisição de material genético proveniente dos Estados Unidos da América (EUA). O plantio mais antigo, que se tem registro, data de 1882, na Bahia. O professor Gustavo D’Utra, da escola de Agronomia da Bahia, realizou o primeiro estudo sobre o cultivo da soja, publicado no Boletim do Instituto Agrônômico de Campinas (IAC). Com objetivo de difundir o uso da leguminosa entre os agricultores da região, eram mantidos canteiros de produção de sementes no IAC. Também no início do século XX, migrantes japoneses, com grãos trazidos em sua bagagem, iniciaram o cultivo em hortas domésticas no Estado de São Paulo para a produção de derivados, como o tofu, missô e o shoyu (HASSE, 1996; EMBRAPA, 2004b, CASTRILON FERNANDEZ, 2007).

A terceira região de inserção da soja foi o Estado do Rio Grande do Sul, base de difusão da produção no Brasil (HASSE, 1996). Até início da década de 1940, a soja servia para produção de forrageira na alimentação de bovinos e suínos, mas a partir do final da Segunda Guerra Mundial e o início da industrialização intensiva no Brasil, aumentou a demanda de óleos vegetais, o que impulsionou o crescimento da produção. A área cultivada no estado do Rio Grande do Sul passou de 650 hectares, no começo da década de 1940, para 600 mil na década de 1960, com ampliação para



8 milhões de hectares na década de 1980, mudando as características da agricultura na região. (CHISTENSEN apud CASTRILLON FERNANDEZ, 2007, p. 18). Nesses períodos a maior parte da produção nacional esteve concentrada no estado do Rio Grande do Sul, atingindo 99% em 1950, mantendo-se elevada nas décadas seguintes. (CASTRILON FERNANDEZ, 2007, p. 18).

Entre as décadas de 1940 e 1970, a produção de soja foi amplamente experimentada em pequenas e médias propriedades familiares de até 50 hectares na região sul do país. Com a adaptação da produção em áreas tropicais e com a inserção da região centro-oeste, ainda na década de 1960, passou para o cultivo em larga escala com a mecanização em propriedades que variam entre 300 a 10.000 hectares. Atualmente, no estado do Mato Grosso, há cultivos em propriedades acima de 10.000 hectares.

Alguns fatores contribuíram, substancialmente, para o desenvolvimento da produção da soja brasileira, dentre os quais, a semelhança entre os ecossistemas do sul do Brasil e dos Estados Unidos que favoreceu a transferência e a adaptação de variedades da oleaginosa; os investimentos na adaptação do solo, via o programa “operação tatu”, de calagem para correção de sua acidez implementada na década de 1960; os incentivos governamentais/fiscais ao cultivo do trigo que refletiram favoravelmente no cultivo da soja, que passou a ser semeada no verão, intercalada ao trigo, com aproveitamento do mesmo maquinário e mão-de-obra; as alterações no mercado internacional, com o aumento dos preços na década de 1970, provocado pela perda de safra na Rússia e China e pela crescente demanda por óleos vegetais.

Contribuíram, ainda, os investimentos na instalação de um parque industrial de máquinas, de insumos agrícolas e de processamento de oleaginosas, facilitados pelos incentivos fiscais destinados à agroindústria, assim como, o estabelecimento de uma rede de pesquisa (EMBRAPA – SOJA) num sistema consorciado entre o poder público federal, estadual e indústria privada. (BICKEL, 2004, p. 18). Outro fator importante para o desenvolvimento da produção de soja no sul foi a experiência dos colonos com o trabalho agrícola mecanizado.

Apesar de todo o investimento e da exitosa adaptação e aceitação da produção dessa oleaginosa, outros fatores como a abertura para a introdução de novos conhecimentos e necessidade de alternativas econômicas impuseram barreiras para maior expansão no estado do Rio Grande do Sul, sendo determinante, também, a estrutura fundiária existente. Essa estrutura mostrou-se inflexível à assimilação do

crescimento do núcleo familiar e à absorção das possibilidades produtivas que se apresentavam com a mudança na base técnica. Como alternativa a essa impossibilidade, surgiram as novas fronteiras agrícolas, inicialmente nos estados do Paraná, Santa Catarina e posteriormente, nos demais estados (DROSS, 2004; CASTRILLON FERNANDEZ, 2007). Atualmente, dezessete estados brasileiros aparecem nas estatísticas oficiais como produtores de soja.

Do total da produção, 46% concentra-se na região Centro-Oeste, com destaque para o Estado do Mato Grosso onde a safra 2009/2010 obteve 18.766,90 toneladas de soja; na região Sul 37,3% da produção, na região Nordeste e Sudeste, respectivamente, 7,8%, 6,5% da produção brasileira e na região Norte 2,4%. Observa-se na tabela 2, que as regiões Centro-Sul agregam juntas 89,8%, enquanto Norte/Nordeste figuram com percentual bem menor de 10,2%. As áreas de cerrado e Amazônica são apontadas como espaços de expansão futura da monocultura da soja. Vale observar que embora não apareça nas estatísticas da CONAB, há produção de soja no Estado do Amazonas⁹.

Tabela 2- Soja no Brasil - produção por unidade da federação safra 2010

REGIÃO/UF	Área Plantada	% Área	Produção em mil toneladas	% Produção
NORTE	574,9	2,5	1.691,7	2,4
RR	1,4	-	6,7	-
RO	122,3	-	398,6	-
PA	86,9	-	249,8	-
TO	364,3	-	1.206,5	-
NORDESTE	1.861,7	8	5.309,5	7,8
MA	502,1	-	1.330,6	-
PI	343,1	-	868,4	-
BA	1.016,5	-	3.110,5	-
CENTRO-OESTE	10.539,2	45	31.586,7	46
MT	6.224,50	-	18.766,90	-
MS	1.712,2	-	5.307,8	-
GO	2.549,5	-	7.342,6	-
DF	53,00	-	169,40	-
SUDESTE	1.591,2	6,5	4.457,6	6,5
MG	1.019,0	-	2.871,5	-
SP	572,2	-	1.586,1	-
SUL	8.900,9	38	25.642,7	37,3
PR	4.485,1	-	14.078,7	-
SC	439,6	-	1.345,2	-
RS	3.976,2	-	10.218,8	-

⁹ Para maiores aprofundamentos ver Lima (2008).



NORTE/NORDESTE	2.436,6	10,38	7.001,2	10,2
CENTRO-SUL	21.031,3	89,62	61.687,0	89,8
BRASIL	23.467,9	100	68.688,2	100

Fonte: CONAB (2010).

O processo de expansão da soja, no Brasil, é heterogêneo, apresentando maiores diferenças, principalmente, entre as regiões sul e norte do país. De um lado, a soja aparece atrelada à cultura de outros grãos, e de outro lado, vincula-se a um processo de exploração da madeira e da pecuária. Ao longo da década de 1980, a soja ocupava as áreas de cerrado, tanto na região Centro-Oeste, nos estados de Goiás, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, como nos estados de Minas Gerais e Bahia. Já na metade da década de 1990, verificou-se uma expansão da denominada “fronteira” agrícola, passando a desenvolver a produção nos estados do Maranhão, Piauí e Tocantins, região de “Mapito”, e nos estados de Rondônia, Amazonas, Pará e Roraima.

Segundo Castrillon Fernández (2007, p. 108), a produção brasileira de soja pode ser estratificada em três períodos: o primeiro, com a introdução da espécie no Brasil, estende-se até o final da década de 1960, concentrada na região Sul do país. O segundo, entre os anos de 1970 a 1985, período da modernização da agricultura e da formação dos “complexos industriais”, com investimentos em pesquisa, na infraestrutura e na implementação de programas de colonização que induziram os fluxos migratórios da região Sul para a Amazônia. O terceiro período, da metade da década de 1980 até os dias atuais, é caracterizado pelo desenvolvimento da agricultura mecanizada na região dos cerrados e o seu deslocamento para as áreas de floresta Amazônica.

O crescimento da produção brasileira de soja e sua expansão geográfica reforçou a concentração de terras. Os dados dos censos agropecuários, de 1985, 1995 e 2006 (IBGE, 2006), revelam que enquanto a área ocupada pelos estabelecimentos rurais, com menos de 10 hectares, é menor que 2,7%, da área total, a ocupada pelos estabelecimentos de mais de 1000 hectares, concentra mais de 43,0%. Em números de estabelecimentos, a proporção altera-se radicalmente, maior percentual acima de 47,0% de número de imóveis, com menos de 10 hectares, enquanto os imóveis acima de 1000 hectares ficam em torno de 0,91%.

A concentração de terras pode ser ainda verificada pelo Índice de Gini, que demonstra que, no período de 1995-96 a 2006, o Brasil apresenta alto grau de concentração, expresso por 0,856, em 1995, e 0,872, em 2006. (IBGE, 2006).

A desigualdade na distribuição das terras tem sido a tônica no processo de modernização agrícola e na inserção do país no mercado mundial da soja. Observa-se, pelo Índice de Gini, na tabela 3, que os Estados da Região Nordeste e Centro Oeste são os que apresentam as mais altas concentrações de terras e é, neles, que se encontra o bioma cerrado, onde há maior produção de soja.

Tabela 3- Evolução do Índice de Gini, segundo Unidades da Federação - 1985/2006.

Brasil/Unidades Federação	Evolução do Índice de Gini		
	1985	1995	2006
Brasil	0,857	0,856	0,872
Rondônia	0,655	0,765	0,717
Acre	0,619	0,717	0,716
Amazonas	0,819	0,808	0,837
Roraima	0,751	0,813	0,664
Pará	0,827	0,814	0,822
Amapá	0,864	0,835	0,852
Tocantins	0,714	0,726	0,792
Maranhão	0,923	0,903	0,864
Piauí	0,896	0,873	0,855
Ceará	0,815	0,845	0,861
Rio Grande do Norte	0,853	0,852	0,824
Paraíba	0,842	0,834	0,822
Pernambuco	0,829	0,821	0,825
Alagoas	0,858	0,863	0,871
Sergipe	0,858	0,846	0,821
Bahia	0,84	0,834	0,840
Minas Gerais	0,77	0,772	0,795
Espírito Santo	0,671	0,689	0,734
Rio de Janeiro	0,815	0,79	0,798
São Paulo	0,77	0,758	0,804
Paraná	0,749	0,741	0,770
Santa Catarina	0,682	0,671	0,682
Rio Grande do Sul	0,763	0,762	0,773
Mato Grosso do Sul	0,86	0,822	0,856
Mato Grosso	0,909	0,87	0,865
Goiás	0,766	0,74	0,776
Distrito Federal	0,767	0,801	0,818

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário (1985-2006), apresentado em IBGE (2006).

Nesse cenário de concentração de terras, o censo populacional feito pelo IBGE aponta para a queda da população rural: em 2000 de 31.835.143, caí, em 2010, para 29.852.986. O número de pessoas ocupadas nos estabelecimentos rurais também é ilustrativo dessa queda. O pessoal ocupado nos estabelecimentos agropecuários, em 2006, foi de 16,5 milhões de pessoas, cerca de 1,3 milhão inferior ao registrado em 1996. Mesmo com menor percentual de áreas, os lotes inferiores a 200 hectares responderam por 84% das pessoas ocupadas nas propriedades rurais. Quase 12 milhões tiveram empregos temporários em 2006 de até 180 dias no ano. Esses dados reforçam afirmativa de que esse “modelo” de agronegócio é concentrador de terras e de rendas, em contraposição ao que apregoam as agências do agronegócio quando



afirmam terem contribuído para a resolução da questão fundiária do país ao superar a estrutura agrária herdada do período colonial e a improdutividade da terra, ao colocar o latifúndio a serviço da produção gerando distribuição de riquezas e rendas.

2.1 A influência brasileira na produção de soja na América Latina e no continente Africano.

Desde a década de 1970, observa-se a presença de produtores brasileiros, com domínio da tecnologia da produção agrícola mecanizada, em outros países da América Latina. Sojicultores migrantes, principalmente, os oriundos da região sul, foram responsáveis, por exemplo, pela ampliação das áreas de plantio de soja no Paraguai e na Bolívia.

No Paraguai, o agronegócio ganhou força na exportação sob o comando de empresas multinacionais, no final da década de 1960 e durante a década de 1970, com a migração de brasileiros sulistas sojicultores. Dentre esses brasileiros, está o agricultor Tranquilo Favero (70 anos de idade), um catarinense que chegou ao Paraguai há 40 anos, conhecido como o maior produtor individual de soja. Possui 45mil hectares de terras mecanizadas: "o Paraguai tem 17 departamentos e em 13 deles eu tenho propriedades com soja, milho, trigo, canola, girassol, sorgo, com gado e com silos, 18 silos no total." Além de vender o que planta, o Grupo Favero (do qual Tranquilo é presidente), com 9 empresas, comercializa soja que compra de outros produtores. Segundo ele, entre 90% a 95% da soja no país está nas mãos de brasileiros. (SOUZA, 2008).

Os resultados da expansão da sojicultura nos departamentos de Alto Paraná, norte de Itapúa e na parte oriental de Canindeyú, foi a expulsão dos agricultores paraguaios, a maior parte substituídos por brasileiros. O cultivo da soja, nas décadas de 1980 e 1990, atingiu cerca de 800 mil hectares. (VILADESAU 2008, p. 18-19).

Na Bolívia, a soja, apesar de cultivada desde o ano de 1967, sua produção foi inexpressiva até o final da década de 1980, quando o Banco Mundial financiou o Projeto de Desenvolvimento das Planícies (*Lowlands Development Project*). Em decorrência desse programa, houve uma contínua expansão da agricultura mecanizada na região de Santa Cruz, alcançando uma área de cerca de 700.000/ha até o ano de 2006. Produtores da região falam atualmente em 1 milhão de hectares: "quando nós chegamos à área de soja na Bolívia era de 250 mil, 300 mil hectares.



Hoje está em torno de 1 milhão de hectares"¹⁰.Atualmente, o agronegócio disputa terras inclusive com as denominadas Terras Comunitárias de Origem (TCOs), demarcações de áreas indígenas oriundas de uma lei agrária de 1996. (GIMENEZ, 2010).

Os produtores brasileiros, naqueles países, são responsáveis pela migração de tecnologia de produção, de variedades e pela implantação da infraestrutura. No Paraguai, construíram cidades como Naranjal, San Alberto e Naranjito e na Bolívia, a maioria mora na zona urbana de Santa Cruz de La Sierra, tem fazendas na região, implantaram estradas, construíram pontes e armazéns de grãos. (CORRÊA, 2008).

O fluxo de produtores e empresas entre os países latino-americanos se intensificou. Assim como empresas brasileiras se instalam na Argentina, como o grupo AMAGGI, grupos empresariais argentinos também vieram para o Brasil, dentre os quais, o El Tejar, fundado em 1987 por produtores do interior da província de Bueno Aires, se estabeleceu no Mato Grosso há oito anos e produziu 673 mil toneladas de soja, na safra de 2010. Esse grupo possui 150 mil hectares de terras e arrenda um volume equivalente. O grupo atua ainda na Argentina, Uruguai e Bolívia. (HENNEMANN, 2011).

Outro grupo, Los Grobo, chegou ao Brasil em 2008 para cultivar terras no "Mapito", agora avança no Centro-Oeste. E um terceiro grupo é a MSU, empresa familiar com origem na Província de Santa Fé, chegou ao Brasil em 2007 e já produz 73 mil toneladas de soja na Bahia e em Mato Grosso do Sul. (HENNEMANN, 2011).

A exportação de tecnologia brasileira na produção de soja é iniciativa do governo brasileiro. Em documento elaborado pela EMBRAPA sobre as perspectivas de parceria Brasil/Venezuela fica claro essa posição:

Neste marco, um país como o Brasil tem importante contribuição a aportar, tanto pelas afinidades culturais, como pela disponibilidade de tecnologias desenvolvidas para ambientes tropicais e socioeconômicos semelhantes aos da Venezuela. Um bom exemplo é o cultivo da soja, onde o Brasil detém a mais avançada tecnologia do mundo para regiões de baixa latitude. Com tais credenciais, o nosso país poderá ser agente ativo na reconfiguração do poder mundial em curso, principalmente no contexto do projeto de integração sul-americana. (GIANLUPPI, 2009).

¹⁰ Fala de Nilson Medina, paranaense que foi para Santa Cruz de La Sierra no início dos anos 90 e hoje é um dos maiores produtores de soja da Bolívia. (CORREA, 2008)



A colaboração entre os países ocorre pelo intercâmbio de tecnologia para manejo e conservação do solo, controle biológico de pragas, inoculação de sementes, tecnologias para produção de sementes, plantio direto. A parceria incluiu ainda a capacitação de técnicos e produtores em tecnologias de produção e gestão em soja.

Assim como no Brasil, em outros países latinos americanos, observou-se a relação estreita entre o crescimento da produção de soja e a concentração de terras. A produção de soja na Argentina passou de 3,7 milhões de toneladas na safra de 1980-1981, para 10,8 milhões nos anos de 1990-1991 e 35 milhões em 2002-2003, ou seja, em cada dez anos a produção cresceu três vezes mais. Com o crescimento da soja, diminuiu a produção do girassol, do arroz, do algodão e de frutas, do número de cabeças do rebanho bovino e aumentou os impactos dos agrotóxicos para a fauna e flora. Identificou-se ainda, que o crescimento da sojicultura está relacionado ao desaparecimento das unidades de trabalho familiar, no período ente 1960-1988 fecharam 51 mil unidades agropecuárias e entre 1988 e 2002, 87 mil unidades, quase todas com menos de 200 hectares. Aqueles que ainda permanecem estão se submetendo às relações contratuais que o agronegócio impõe. (GIARRACCA; TEUBAL, 2008, p. 154-155).

As empresas multinacionais dominam a organização do agronegócio argentino e juntas formam os chamados “*pools de siembra*” que transformam o setor agrícola num grande negócio (GIARRACCA; TEUBAL, 2008). Operam em todo o processo de produção, também induzindo a (re)organização do mercado de terras. Algumas compram terras, outras com “*contratistas*” arrendam as terras e provêm os maquinários, equipe e agrotóxicos. As empresas com seu poder econômico determinam a organização dos complexos agroindustriais em suas atividades antes da porteira, depois da porteira e induzem relações contratuais e sociais estabelecidas dentro da porteira.

A projeção do Brasil como referência em tecnologia de produção da soja ampliou-se até o continente africano. Em 2010, o grupo mato-grossense Pinesso começou a plantar algodão e soja no Sudão em parceria com uma empresa sudanesa. A expectativa é plantar 100 mil hectares nos próximos quatro anos. O Sudão também recebeu, nesse mesmo ano, uma comitiva de produtores brasileiros de soja, depois das conversas iniciais com o governo local, segundo a APROSOJA. Na mesma época, outra comitiva foi à Etiópia e à Mauritânia, também a convite dos governos locais, para negociar o cultivo de milho. Empresas brasileiras já estão em pelo menos outros seis



países da África, cultivando cana-de-açúcar e arroz. Outras investem em tecnologia agrícola, como a Irriger, que implanta sistemas de irrigação no Sudão desde 2008. Convidada pelo governo, a companhia desenvolve projetos em fazendas de milho, soja, algodão e cana. Os governos locais oferecem incentivos como isenção tributária e boas condições de financiamento para atrair investimentos estrangeiros. (CARAZZAI; BANDEIRA; BRITO, 2010).

No ano de 2010, o governo brasileiro assinou o termo de cooperação técnica para desenvolvimento do Projeto de Apoio à Plataforma de Inovação Agropecuária de Moçambique, envolvendo a EMBRAPA em parceria com Instituto de Investigação Agrária de Moçambique (IIAM) e a Agência Americana de Cooperação (USAID) e prevê o investimento de cerca de R\$ 12,10 milhões por um período de quatro anos. A USAID aplicará US\$ 8,4 milhões no financiamento de cinco centros internacionais privados de pesquisa agropecuária que atuam em Moçambique. Esses recursos também serão usados na manutenção de uma unidade de gestão do programa de inovação agropecuária de Moçambique, denominada UGP – formada por representantes do IIAM, da EMBRAPA e dos organismos internacionais financiados pela USAID. O apoio técnico inclui o desenvolvimento de sistemas de gestão territorial, levantamentos de solos, mapeamentos de uso e cobertura das terras, zoneamentos agroecológicos, avaliações de impactos ambientais, melhoria de processos produtivos, monitoramento da intensificação agropecuária e degradação de terras, entre outras. Para a pesquisa foi selecionada a área correspondente ao Corredor de Nacala, entre os paralelos 13°S e 17°S, em decorrência da similaridade com o bioma do cerrado brasileiro. A justificativa para tais investimentos é a busca da autossuficiência na produção de alimentos no país africano¹¹.

Em 2011 circulou a notícia de que o Governo de Moçambique estaria cedendo o uso de 6 milhões de hectares para agricultores brasileiros plantarem soja e milho no norte do país. As aquisições de terra serão mediante o regime de concessão – os produtores brasileiros poderão utilizá-las por 50 anos, renováveis por outros 50 anos, pagando um imposto módico de 37,50 meticais (R\$ 21,00) por ha/ano. (MELLO, 2011).

É importante ressaltar que, tanto na América Latina quanto no continente Africano, a referência é a produção de soja mecanizada, em grande escala,

¹¹ Dados obtidos no site da EMBRAPA



desenvolvida no bioma do cerrado brasileiro. Uma produção baseada na utilização de grandes extensões de terras, com uso de alta tecnologia, volume alto de agrotóxicos e pouca mão-de-obra. Essa forma produtiva também tem se mostrado com alto grau de concentração de terras, o que implica na expropriação de pequenos produtores.

3. **Conclusões.**

Percebe-se nesse universo do agronegócio de grãos, que a terra precisa ser assegurada de qualquer forma, não importando se as estratégias adotadas são ilegais, legais, falsas, violentas. Para garantir a efetividade da terra é preciso a eliminação de todos os obstáculos, incluindo outros agentes sociais como os agricultores familiares e as comunidades tradicionais, expulsos de suas terras ou incorporando-os na atividade produtiva, provocando intenso processo de desterritorialização¹².

Na busca por novas terras e pela sua manutenção do negócio, a migração funciona como alternativa aos produtores de soja, tanto para sua reprodução social, quanto para aumento de sua lucratividade. Com esta dupla motivação os produtores deslocam-se pelo “território das terras aráveis” em qualquer lugar do mundo, seja na Amazônia, no Brasil, na América Latina ou na África. Nessa mesma direção, estão as empresas que ampliam sua rede de negócios conquistando novos territórios, delimitados por seus armazéns, indústrias, usinas, rodovias, ferrovias, hidrovias e portos. Ampliando dessa forma, o “território de circulação da soja”.

Delineia-se, portanto, uma complexa rede de agentes na articulação de interesses para a ampliação da produção da soja, logo, não se trata apenas da expansão da produção agrícola, mas de uma **estratégia expansionista do agronegócio**, com bases estruturadas na aquisição de novas terras aráveis; na migração; na implantação de infraestrutura e logística para o escoamento da produção e na incorporação da questão ambiental na dinâmica produtiva.

As estratégias para obtenção de terras envolvem os produtores migrantes, a agroindústria e o Estado, numa articulação de interesses conduzida de forma a criar um ambiente receptivo à implantação da produção de soja na região, seguindo geralmente, uma mobilização sequencial, em que: o primeiro movimento é a

¹² “o conjunto de medidas designadas como ‘agroestratégias’ que têm sido adotadas pelos interesses empresariais vinculados aos agronegócios para incorporar novas terras”. (ALMEIDA, 2011, p. 102).



elaboração de estudos científicos sobre as condições do solo e potencialidades agrícolas da região, o zoneamento das áreas agrícolas e a “contagem” das áreas degradadas aptas à produção de grãos. O segundo, a realização dos experimentos com as variedades da oleaginosa objetivando encontrar aquela que melhor se adapta às condições do solo e em maior capacidade produtiva. De posse dessas informações, passa-se ao terceiro movimento, a mobilização propagandista visando à atração de produtores capitalizados (tecnicamente e financeiramente) e de empresas agroindustriais. Numa segunda têm-se a chegada desses dois agentes em uma localidade nova provocando transformações sociais e territoriais cujos efeitos são de um lado, um processo de desterritorialização de agricultores familiares e povos tradicionais e de outro, sua territorialização com base no “potencial de uso mercantil dos recursos naturais que passa a abranger inclusive a floresta em pé” (ALMEIDA, 2012, p. 20).

REFERENCIAS

ALMEIDA, A. W. B.. Agroestratégias e desterritorialização: direitos territoriais e étnicos na mira dos estrategistas dos agronegócios. In: ALMEIDA, A. et al. **Capitalismo globalizado e recursos territoriais: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro, Lamparina, 2010. p 101-143.

BRASIL.Ministério da agricultura. Dados disponíveis em:<<http://www.agricultura.gov.br/comunicacao/noticias/2012/01/exportacoes-do-agronegocio-registram-melhor-ano-desde-1997>>. Acesso em:1 maio 2012.

BICKEL, U. **Brasil: expansão da soja, conflitos sócio ecológicos e segurança alimentar**. 2003. 169 f. Dissertação (Mestrado em Agronomia Tropical)- Faculdade de Agronomia, Universidade de Bonn, Alemanha, 2004.

CASIRAGHI, R. **Um perfil do agronegócio na América Latina**. Disponível em:<<http://www.brasildefato.com.br/node/3180>>. Acesso em: 14 mar. 2011.

CASTRILON FERNANDÉZ, A. J. **Do cerrado à Amazônia: as estruturas sociais da economia da soja em Mato Grosso**. 2007.262 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre,2007.

CONAB. Disponível em:<: <http://www.conab.gov.br>>. Acesso em: 21 ago. 2010.

CORRÊA, A. **Economia agrícola modifica economia de países vizinhos**. BBC Brasil.com., 2008. Disponível em:<http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2008/03/_printable/080304_ams_paraguai_expansaoagricola_ac.shtml>. Acesso em: 23 set. 2011.

COSTA, Solange Maria Gayoso da. **Grãos na Floresta: estratégia expansionista do agronegócio na Amazônia**. 2012, 322 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) PPGDSTU/NAEA/UFPA, Belém, 2012.

DROS, J. M. **Administrando os avanços da produção de soja**: dois cenários da expansão do cultivo de soja na América do Sul. AID Environment, Amsterdã, Junho de 2004. 74 p. (Relatório). Disponível em: <<http://www.wwf.org.br/>>. Acesso em: 23 set. 2010.

EMBRAPA. Disponível em:<<http://www.embrapa.br>> . Acesso em: 5 ago. 2010.

FAO/STAT. Disponível em:<<http://faostat.fao.org/faostat> . Acesso em: 22 set. 2010.

GIARRACCA, N.; TEUBAL, M. Del desarrollo agroindustrial a la expansión del “agronegocio: el caso argentino. In: BERNADO, M. F. (Org.)**Campesinato e agronegócio na América Latina**: a questão agrária atual. São Paulo: expressão popular, 2008. p. 139-164.

GIMENEZ, H. M. Questão Agrária na Bolívia: o caso da presença brasileira no desenvolvimento do agronegócio da soja. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE ESTUDOS SOBRE A AMÉRICA LATINA, 1., 2010, Natal. **Anais....**Natal: UFRGN, 2010.

GIANLUPPI, V. **Soja**: perspectivas de parceria Brasil/Venezuela. Boa Vista: EMBRAPA, 2009. (Documentos, 22).

HASSE, G. **O Brasil da soja**: abrindo fronteiras, semeando cidades. Porto Alegre: L&PM, 1996.

HENNEMANN, G. **Há um novo 'rei da soja'**: grupo argentino El Tejar, que se instalou em Mato Grosso há oito anos, colheu 17% mais que o brasileiro Eraí Maggi. Blairo vai plantar soja na Argentina. *Jornal Folha de São Paulo*, 21 ago, 2008. Disponível em:<<http://paginadoenock.com.br/home/post/9500>> . Acesso em: 10 out. 2011.

IBGE. **Censo agropecuário** 2006. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

LANDIM, R. Brasil já é o terceiro maior exportador agrícola do mundo. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 06 mar. 2010. *Economia*. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/economia,brasil-ja-e-o-terceiro-maior-exportador-agricola-do-mundo,520500,0.htm>>. Acesso 14 nov. 2011.

LIMA, M. do S. B. de. **Políticas públicas e território**: uma discussão sobre os determinantes da expansão da soja no sul do Amazonas. 2008. 446 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

MELLO, P.C. Moçambique oferece terra à soja brasileira. *Folha de São Paulo*, 14 ago. 2011. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/46353-mocambique-oferece-terra-a-soja-brasileira>>. Acesso em: ago. 2011.

SOUZA, M. M. Brasileiro é o rei da soja no Paraguai. *Jornal Valor Econômico*, 19 mar. 2008. Disponível em: < <http://www.valoronline.com.br>>. Acesso em: 24 set. 2011.

VILADESAU, T. P. El agronegócio de la soja em Paraguay: antecedentes e impactos sociais y económicos. In: BERNADO, M. F. Org. **Campesinato e agronegócio na América Latina**: a questão agrária atual. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 17-43.

VII Jornada
Internacional
Políticas Públicas
25 - 28 SETEMBRO | 14h às 18h30min

ORGANIZADA PELO INSTITUTO DE ECONOMIA
E FINANÇAS DA UFMA E COORDENADA PELO DEPARTAMENTO DE ECONOMIA



PARA ALÉM DA CRISE GLOBAL:
EXPERIÊNCIAS E ANTECIPAÇÕES CONCRETAS

